

## ARGUMENTAÇÃO E ERÍSTICA: PEQUENO ENSAIO SOBRE A MENTIRA

Eliana Amarante de Mendonça MENDES<sup>23</sup>

### RESUMO

Neste trabalho, pretende-se refletir sobre a falácia da mentira, mais especificamente sobre a mentira na política, sob as perspectivas da ética, da retórica e da erística. Desde os sofistas clássicos até os estudiosos contemporâneos, os diversos modelos de argumentação reconhecem argumentos falaciosos. Embora devamos a Aristóteles o estabelecimento da teoria da argumentação que é a base na qual se apoiam seus sucessores na abordagem da argumentação, esse filósofo não se ocupa da falácia da falsidade. É nos sofistas, mais especificamente na erística, que se encontram contribuições substanciais para o entendimento da mentira, tipo de falácia mais perigoso e, do ponto de vista sofístico, mais eficaz.

Apresentam-se também, para melhor abordagem da mentira, especialmente da mentira na política, um histórico dos tratamentos dados a esses temas através dos tempos, dos clássicos até a contemporaneidade. Feitas essas reflexões, pretende-se, na sequência, apresentar exemplos desse tipo de falácia, rastreados em discursos políticos brasileiros autênticos e atuais.

**PALAVRAS-CHAVE:** falácia; mentira; ética, retórica; erística

### Introdução

No cenário brasileiro, a partir da campanha presidencial de 2014, o tema “mentira na política” tem tido muito destaque.

Considerando sua importância e complexidade, propomo-nos a refletir sobre esse problema sob as perspectivas da ética, da retórica e da sofística, buscando contribuir para uma melhor compreensão desse tão instigante tema.

---

23 Professora Titular em Estudos Lingüísticos – UFMG - Programa de Pós Graduação em Estudos Lingüísticos – Av. Antônio Carlos , 6627 – CEP: 31279-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil - [mendes@ufmg.br](mailto:mendes@ufmg.br)

## **1. Ética e mentira**

Começamos por um breve histórico dos tratamentos dados à mentira, sob o viés da ética: sobre a mentira de modo geral e , especificamente, sobre a mentira e política.

### **1. 1 Sobre a mentira**

Para tratar da mentira, da mendacidade, de modo geral, começamos com Platão, para quem há dois tipos de mentira, uma moralmente sancionada, ou mentira útil, e outra absolutamente condenável : "Por conseguinte, a mentira autêntica é detestada não só pelos deuses, mas também pelos homens". (Platão, *Republica*, 382 c)

Aristóteles, em *Ética a Nicômaco* (VII-1127a25-30), diz que a verdade é nobre e merecedora de aplauso e a mentira é vil e repreensível.

Na Bíblia, no Antigo Testamento, a mentira é considerada uma nódoa vergonhosa na conduta humana. Também o Novo Testamento é contra a mentira: diversas vezes Cristo ratificou a proibição da lei mosaica relativa ao falso testemunho.

A tradição judaica rechaça a mentira. O Talmude compara a mentira a um roubo: “Existem sete classes de ladrões e a primeira é a daqueles que roubam a mente de seus semelhantes através de palavras mentirosas”.

No pensamento ocidental, duas posturas têm sido adotadas em relação à mentira: (i) há quem considere a mentira inadmissível em qualquer caso e ii) há também os que, embora considerem o mentir antiético, admitem exceções, justificam a mentira em casos excepcionais.

No primeiro grupo, temos, principalmente, Santo Agostinho e Kant. Agostinho se apoia nas passagens da bíblia e rejeita todo e qualquer tipo de mentira, não aceitando nenhuma justificativa para tal procedimento. Kant fundamenta seu ponto de vista em sua ética deontológica rígida que não admite exceções à regra do “Não mentir.”

Benjamin Constant e Schopenhauer se vinculam ao segundo grupo. Defendem, portanto, a existência de exceções, de justificativas para a mentira.

Para Constant,

Onde nenhum direito existe também não há deveres. Por conseguinte, dizer a verdade é um dever, mas apenas em relação àquele que tem direito à verdade.

Nenhum homem, porém, tem o direito a uma verdade que prejudica outro.  
(Constant, 1993:76)

Schopenhauer (2001:147-149) diz que, se é legítimo contrapor à maldade de outros a nós dirigida uma resistência física, guarnecer os muros do jardim com pontas aguçadas e soltar cães bravos no nosso quintal, também é legítimo mantermos em segredo aquilo cujo conhecimento nos poria a nu diante da agressão do outro. Admitindo-se a intenção má do outro, temos de tomar antes as providências contrárias. Para esse filósofo, tanto a mentira como a força representam originariamente uma injustiça que se converte em direito quando há uma situação na qual um indivíduo queira apenas afastar a injustiça alheia.

## **1.2 Sobre a mentira na política**

Vejamos agora como a relação da mentira com a política tem sido abordada. É uma longa história que remete à pólis no contexto clássico grego. No entanto, é pouco pesquisada pelos pensadores posteriores.

O uso autorizado da mentira em política é referido por Platão, que compara sua aplicação ao uso que o médico faz da sonegação da verdade ao paciente e do veneno com finalidade curativa. (Platão, *República*, 1993:97)

Quintus Tullius Cícero [64 a.C.], (2012:32) , quando seu irmão, Marcus Tullius se candidatou a cônsul da República Romana, escreveu um interessante manual, Como vencer uma eleição, no qual disse sobre a mentira: “O povo prefere uma mentira graciosa a uma recusa imediata. Ou seja: um político que proclame, com toda a honestidade, que não pode prometer o que não tem a certeza de cumprir, é um candidato acabado.”

Maquiavel [1515], (1973:99) , que excluiu a ética do núcleo da nascente ciência política, concede ao governante o direito ao uso de meios excepcionais para alcançar os fins almejados e , assim, confere à mentira um estatuto especial no seu corpo teórico.

Dentre os pensadores contemporâneos, o nome mais importante no que se refere ao tema mentira e política é Hannah Arendt. Em seu ensaio “Verdade e Política”, afirma que política e verdade nunca conviveram em harmonia e que nenhum pensador

defendeu alguma eficácia para essa convivência: “Até hoje ninguém, que eu saiba, incluiu entre as virtudes políticas a sinceridade.” (ARENDT, 2004: 283).

Arendt constata que a história da humanidade é repleta de casos em que os que somente falaram verdades, e que propuseram uma transformação do pensar em suas épocas, foram perseguidos e calados sob ameaça e até mesmo executados.

Pelo contrário, constata que no curso da história “[...]a falsidade deliberada e a mentira descarada, são usadas como meios legítimos para alcançar fins políticos desde os primórdios da história documentada.” (Arendt, 2004:15).

Para Arendt, a convivência entre mentira e política será sempre tentadora, na medida em que governantes e governados estarão sujeitos às tensões naturais que envolvem a gestão das questões públicas, em que há interesses convergentes, mas que podem ser permeados por outros interesses que não se coadunam com as aspirações da população.

Arendt admite, pois, a existência de casos em que a mentira é justificável: a história registra momentos em que se reconhecem justificativas para o uso da mentira para salvaguardar os interesses e a sobrevivência das pessoas. Nesse sentido, para ela as mentiras podem ser consideradas “instrumentos relativamente inofensivos no arsenal da ação política” (Arendt, 2004:284).

Outra justificativa para a mentira discutida por Arendt é o sigilo de estado, (arcana imperi – os mistérios do governo). O assunto que requer segredo é algo que necessita ser encoberto, por ter em sua origem um fato que, se tornado público, poderá gerar uma situação desfavorável ou hostil, podendo também expor alguém a dificuldades, ameaças ou perigos. Por outro lado, há uma crença sedimentada de que nem todos os temas podem ser debatidos abertamente com a população, por tratarem de abordagens que ensejam segurança da nação e boa condução do Estado. Assim, justifica-se também a mentira, que “atua como um antídoto contra os revezes dos assuntos políticos.” (Arendt, 2004:287)

Segundo (Bobbio, 1984:410), o saber técnico embora se pretenda verdadeiro, é para a massa (inculta) um sigilo, fonte de mentira:

O saber técnico cada vez mais especializado torna-se cada vez mais um saber de elites, inacessível à massa. Também a tecnocracia tem seus arcana (segredos), é para a massa também uma forma de saber esotérico, que é incompatível com a soberania popular [...]

Isso esclarece também a questão abordada por Arendt acerca dos assessores, donos do saber técnico, que elaboram os documentos de estado, impondo muitas vezes suas mentiras como verdades. Referindo-se às mentiras contadas pelo presidente Lyndon Johnson sobre a guerra do Vietnam, entende que foi o saber técnico o grande responsável por essas mentiras:

Estranhamente, a única pessoa passível de ser uma vítima ideal de completa manipulação é o presidente dos Estados Unidos [...], supostamente o mais poderoso homem do mais poderoso país, é a única pessoa deste país cuja possibilidade de escolha pode ser determinada. (Arendt, 2004:18).

Por fim, cumpre lembrar, também, que o Direito também justifica a mentira. Nos tribunais do júri, tanto a acusação e a defesa se utilizam de mentiras, autorizadas e legitimadas.

### **1.3 A relação verdade e opinião (*doxa*)**

Num mundo que vem superando o positivismo, não é mais admissível falar em “verdade” e não mencionar a “opinião”, a “*doxa*”.

Arendt, como não poderia deixar de ser, discute também a relação verdade e opinião e admite que não existem falsas opiniões no âmbito político, porque a opinião nasce da experiência política da convivência entre os indivíduos e se torna aceita por meio da argumentação e da aceitação dessa opinião como verdade inerente ao acordo entre pessoas.

Para essa filósofa, portanto, não se pode considerar uma superioridade absoluta da verdade em relação à opinião no âmbito político, mas, pelo contrário, deve-se evitar que a opinião seja desprezada por meio da aferição da verdade dos enunciados políticos. Arendt considera perigoso que critérios de aferição da verdade racional se imponham à liberdade do jogo de opiniões, impedindo o debate profícuo por meio do qual o mundo é humanizado, fechando a abertura humana para o mundo e dissolvendo a pluralidade que é constitutiva do espaço público (Duarte, 2000:182).

Ela questiona, assim, a validade de expurgar as opiniões ou de confrontá-las cientificamente, sob pena de retirar das pessoas a sua capacidade de falar do mundo que as cerca. A destruição das opiniões pode também ser compreendida como o fim dos debates políticos, da liberdade de expressar a maneira de compreender o mundo e dele

tomar parte. Portanto, não concebia algo como opinião falsa, à qual se contraporiria uma verdade, mas apenas uma outra opinião que pudesse pretender, por meio da argumentação, ser mais persuasiva do que a primeira (Duarte, 2000:179).

Daí a razão de Arendt insistir no ponto de que

[...] toda pretensão na esfera dos assuntos humanos a uma verdade absoluta cuja validade requeira apoio do lado da opinião atinge na raiz mesma toda a política e todos os governos” [...] O pré-requisito que confere legitimidade ao poder político não se encontra na verdade e sim na opinião [...] (Duarte apud Arendt, 2000:181).

Como se pode constatar, grande parte dos pensadores, não só os contemporâneos, adota uma posição, digamos, conformista em relação à mentira, principalmente à mentira na política, defendendo a posição platônica de que ela é muitas vezes justificável. Celso Lafer (1992:230), incomodado por isso, indaga: “[...] por que, na tradição do pensamento ocidental, só Santo Agostinho e Kant sustentam sem vacilação o dever da veracidade?” A resposta de Arendt a essa questão de Lafer seria que o conflito entre moral e política é tão antigo e complexo que de nada adiantaria estabelecer uma discussão ou denúncia moral acerca desse tema. Assim sendo, o que Arendt pretendeu, então, foi encontrar um caminho viável para a compreensão de que a mentira seja reavaliada, antes de ser julgada com rigor, na medida em que se poderá chegar à conclusão de que há interpretações baseadas em observações dos fatos, equivocadas ou não, mas que, em última análise, resultam da forma como pessoas compreenderam, com liberdade, o que ocorre na cena pública.

Para ela, uma opinião não anula a validade de outra opinião e somente o debate constante pode estabelecer as bases frágeis sobre as quais recai o consentimento provisório a favor de uma opinião em relação à outra. (Duarte, 2000:180).

#### **1.4 Derrida e a mentira**

Além da notável contribuição de Arendt sobre a mentira, também Derrida apresenta interessantes reflexões sobre esse tema. Refletindo sobre a mentira entende que:

Mentir é querer enganar o outro, às vezes até dizendo a verdade. Pode-se dizer o falso sem mentir, mas pode-se dizer o verdadeiro no intuito de

enganar, ou seja, mentindo. Mas não mente quem acredita naquilo que diz, mesmo que isto seja falso. (Derrida, 1996:8).

Para ele, apenas em nossa modernidade é que a mentira teria alcançado seu limite absoluto e teria se tornado “completa e definitiva”. Citando Arendt, diz que ela

[...] diagnostica um crescimento hiperbólico da mentira no campo político, que teria chegado a seu limite, ou seja, à mentira absoluta, não se tratando no caso do saber absoluto como fim da história, mas da história como conversão à mentira absoluta (Derrida, 1996:12)

A propósito, para essa filósofa,

A veracidade dos fatos nunca é forçosamente verdadeira. Os historiadores sabem como é vulnerável a textura de fatos na qual passamos nossa vida cotidiana; está sempre em perigo de ser perfurada por mentiras comuns, ou ser estraçalhada pela mentira organizada de grupos, classes ou nações, ser negada e distorcida, muitas vezes encoberta cuidadosamente por camadas de falsidade, ou ser simplesmente deixada cair no esquecimento (Arendt, 2004:16).

E Derrida acrescenta, ainda, à ideia de Arendt sobre esse tópico: “ O processo da mentira moderna já não seria a dissimulação que veio encobrir a verdade, mas a destruição da realidade ou do arquivo original” (Derrida, 1996:14).

Para Duarte, a mentira torna-se mais grave quando ela passa a abranger todo o contexto em que os fatos contingentes tornam-se significativos, bem como quando ela passa a redefinir os contornos do presente e do passado por meio da reescritura da história. (Duarte, 2000:186).

Nesse sentido, é interessante lembrar Derrida quando em *Uma história da mentira*: prolegômenos, ilustra a utilização da mentira na política, focalizando a história francesa, especificamente durante a ocupação alemã e seus desdobramentos. Constata que a partir do fim da segunda guerra até 1995, houve nos discursos dos presidentes franceses sucessivas dissimulações e omissões quanto aos fatos ocorridos durante a guerra, uma incessante tentativa de explicar o injustificável. Distorceram-se os eventos que originaram os dados históricos, inclusive com discursos organizados para suavizar as agruras provenientes da assunção dos atos ilícitos cometidos. Mentira como distorção da história.

## 2. Sobre a mentira e a retórica

Essas reflexões sobre a mentira nos remetem às falácias, criação sofisticada satirizada por Platão em *Eutidêmio* e muito censurada por Aristóteles em *Refutações Sofísticas*.

Aristóteles, além dos três tipos de discurso argumentativo – demonstrativo, dialético e retórico, considera ainda a argumentação falsa ou contenciosa, que difere das outras por se apoiar em premissas que aparentam ser amplamente aceitas, mas que são errôneas ou falsas, falácias.

Em *Refutações Sofísticas* Aristóteles descreve e critica 13 tipos de falácias praticadas pelos sofistas (166b 1-9). Entretanto, apesar de censurá-las, estranhamente, além desse rol de falácias, apresenta didaticamente táticas falaciosas para o debate dialético: para o arguidor, para o respondente e válidas para ambos. Uma didática da erística sofisticada. Isso nos leva a suspeitar de que até mesmo Aristóteles já não se opunha tanto à mentira, talvez também a justificasse em alguns contextos. Além do mais, inclui em *Ars Rhetorica* 9 tipos de falácias. (II, 1401b).

## 3. Sobre a mentira e a erística sofisticada

Erística é uma disputa competitiva, praticada pelos sofistas, principalmente por Protágoras, que ensinava essa arte aos discípulos, em que adversários batalham para derrotar seus opositores e saírem vitoriosos. Assim como no debate dialético, também no debate erístico os participantes são movidos pelo *pathos*, no entanto, os objetos de desejo são totalmente diferentes: na erística, a *philokinia* (amor pela vitória) e na dialética, a *philomathia* (amor pelo conhecimento).

Cada lado está convicto quanto ao acerto de sua própria opinião e quanto ao erro do outro lado. Normalmente a emoção dominante é a raiva, e ambos os lados suspeitam do outro de más intenções e rejeitam qualquer argumento que chega a uma conclusão diferente das alegações defendidas por cada um deles. Portanto, nenhum dos lados se abre para a refutação. O desacordo ofende a ambas as partes, e a única forma de acordo aceitável é a rendição do outro. Para atingir os objetivos, só se dá atenção à vitória no

debate. Para tanto, se utiliza de uma retórica intelectualmente desonesta e intencionalmente mentirosa.

O público serve como um júri, ansioso por saber quem merece ser declarado vencedor. Típicos exemplos podem ser encontrados em debates onde os políticos tentam subjugar um ao outro, ou onde os acadêmicos visam humilhar intelectualmente sua oposição.

Aristóteles, apesar de ter criticado as falácias, não trata em seus trabalhos das modalidades de falácia que melhor descrevem a mentira. É nos sofistas, principalmente, que as encontramos.

Embora devamos a Aristóteles o estabelecimento da teoria de argumentação – base na qual se apoiam seus sucessores, as contribuições sofisticas sobre as falácias na erística são mais valiosas para o entendimento e a descrição da mentira, imprescindível para o tratamento do discurso político.

Os sofistas, além de terem explorado outras modalidades de falácia, consideram três tipos de argumentos lógicos falaciosos de acordo com suas propriedades: O primeiro tipo consiste em argumento que, embora inválido, tem a aparência de válido. O segundo tipo consiste em argumento que, embora válido, não possui premissas aceitáveis e/ou verdadeiras, mas apenas aparenta possuir premissas dessa qualidade. Esses dois tipos são arrolados também por Aristóteles.

Há ainda um terceiro tipo, que é mais perigoso, mais transgressivo, e, do ponto de vista sofisticado, mais eficaz, porque satisfaz a características que aparentam qualificá-lo como não sofisticado: é um tipo de argumento válido, pois a conclusão se segue logicamente das premissas e as premissas são verdadeiras.

Para se compreender melhor o caráter sofisticado desse tipo de argumento, devemos considerar que seu objetivo consiste não apenas em estabelecer uma dada conclusão como verdadeira, com base em premissas verdadeiras, mas em explicar por que o que se relata na conclusão é o que é. Por apresentar essas características, esse tipo de argumento é eficaz porque seu caráter sofisticado passa despercebido e, assim, o argumento cumpre seu objetivo de produzir aparência de sabedoria, de verdade. Entretanto, não reflete a realidade, é falso, mentiroso, é no dizer de Aristóteles, “não de acordo com a coisa” [‘ou kata to pragma’]. Como se vê, os sofistas já sabiam que para a mentira ser convincente é preciso que ela seja misturada com algo de verdadeiro.

Esse tipo de argumento costuma levar a que o adversário, não tendo uma explicação para o fato relatado, ou não tendo uma explicação melhor, saia derrotado. Daí seu interesse para o debate político.

### **3.1 Uma pequena amostra de mentiras na política**

Vejamos agora exemplos adaptados de silogismos falaciosos desse tipo, rastreados em discursos políticos brasileiros:

1) Premissa maior: Para haver abastecimento de água é preciso chover. (V)

Premissa menor: Em 2014 choveu muito pouco em São Paulo. (V)

Conclusão: A falta de chuva causou o desabastecimento.

Obs: Não só isso. Faltaram medidas preventivas.

2) Premissa maior: A carência de moradias é um grave problema social. (V)

Premissa menor: Há muitos sem teto no Brasil. (V)

Conclusão: O governo precisa dar casa aos pobres.

Obs: Dependendo da postura ideológica a conclusão pode ser falsa ou verdadeira.

3) Premissa maior: A inflação é um sério problema econômico. (V)

Premissa menor: Há inflação no Brasil. (V)

Conclusão: O Brasil vai mal economicamente.

Obs: Não só por causa da inflação.

4) Premissa maior: A economia é hoje globalizada. (V)

Premissa menor: Todos os países participam dessa economia. (V)

Conclusão: Se a economia global vai mal, o Brasil vai mal economicamente.

Obs: Não necessariamente, muitas outras causas intervêm.

Vejam agora um exemplo de entimema falacioso:

Premissa maior: -----.

Premissa menor: Concedemos 20% em aumentos salariais .

Conclusão: Todo mundo terá mais 20% para gastar".

Obs: A primeira premissa é omitida e pode ser inferida como: O consumo tem relação direta com o salário. Embora essa premissa seja falsa, ela não foi expressa.

O entimema é ainda mais útil para a mentira, pois a inferência é de responsabilidade do ouvinte.

### **3.2 Schopenhauer**

A propósito da falácia da mentira, característica da erística, lembramos mais uma vez Schopenhauer, estudioso dessa arte, que, para refutar um adversário, chega a aconselhar: “Quando se percebe que o adversário é superior e que se acabará por perder a razão, torne-se ofensivo, ultrajante, grosseiro, isto é, passe do objeto da contestação ao contendor e ataque de algum modo sua pessoa". (Schopenhauer, 2003:42). Por exemplo, insultar alguém, acusando-o de mentiroso, embora possa parecer convincente, pode ser uma estratégia erística, uma outra mentira: Alguém mente acusando alguém de mentiroso.

### **4. Francis Bacon: falácias ideológicas**

Retomando as idéias de Duarte sobre a mentira, vemos que para ele o problema da mentira na política torna-se grave e urgente quando ela deixa de ser tópica e passa a abranger todo o contexto em que os fatos contingentes tornam-se significativos. Para ele,

[...] nessas circunstâncias, a mentira já não é mais a antiga arte de ocultar ou dissimular, correlatos da liberdade humana para agir e mudar o mundo, mas sim a arte de destruir toda evidência que a contradiga, destruindo assim o

próprio tecido do espaço público ao apagar completamente as fronteiras entre fato e ficção (Duarte, 2000:186).

Quanto à topicidade ou não da mentira, da falácia, é importante lembrar Francis Bacon que, em 1887, denuncia um outro tipo de falácias que nos são impostas pela natureza geral da mente. Diz ele:

Sua força é de tal magnitude , que infecta e corrompe as mentes. Pois a mente do homem está longe de ser da natureza de um vidro claro e homogêneo, [...] ao contrário, é um vidro encantado, cheio de superstição e impostura [...]" (Bacon, Livro III [1887]:394-5)

Vejamos algumas dessas falácias:

1) Há falácias que consistem em concepções ou doutrinas que são caras para o indivíduo, que as defende e dissemina sem ter qualquer prova da sua verdade. São devidas ao condicionamento do indivíduo – educação, costumes, experiências – acidentais ou contingentes.

2) E ainda, aquelas derivadas de preconceitos decorrentes de sistemas filosóficos tradicionais ou herdados, que se assemelham a peças teatrais: processam mundos ficcionais, que nunca foram expostos a uma verificação experimental ou a um teste pela experiência.

3) Há as que são baseadas em falsas concepções derivadas da comunicação humana pública. “Elas entram em nossas mentes em silêncio, por uma combinação de palavras e nomes" de um modo em que não só a razão governa as palavras, mas em que as palavras buscam determinar nossa compreensão e razão.

Para Bacon, essas são as falácias mais profundas da mente humana: “pois elas não enganam em detalhes, como as outras, por turvação e esparramar do acórdão silogístico; mas por uma predisposição corrupta e mal ordenada da mente, que sendo pervertida, infecta todas as antecipações do intelecto. (Bacon, Livro IV, 1887:431)

Em suma, são falácias de nível macro, do nível do discurso, da ideologia, diferentemente das tradicionais, de nível micro, pontuais, sejam lógicas ou linguísticas. Prestam-se a todo tipo de manipulação das massas. O manipulador que tem poder e ciência do que diz, contra o manipulado que não tem poder e que não processa o que se diz.

## **5. Mentira e mídia**

Nem só Francis Bacon denuncia a mentira na mídia, considerando-a como uma das falácias mais profundas da mente humana. Sobre esse tema, também recorrente na atualidade, convocamos Leitão (2000:124-131) devido à proximidade de suas idéias com as de Francis Bacon.

Para Leitão, na esteira do pensamento de Bacon, a utilização dos *mass media* perverte o psiquismo humano. A mentira gestada através desse processo é, em suas palavras, ‘provavelmente, a grande falácia política com que se defronta o homem moderno.’ No seu entender, a falsa consciência da minoria se encontra, atualmente, integrada no sistema comunicacional cuja rede mundializada domina a população. A imagem subordina a fala e o discurso à sua tirania, que substitui a moral social e política pelo mercado e pelo consumo. Esta falsificação globalizada é utilizada pelas elites dominantes, principalmente, nos países subordinados do sistema capitalista. A ética se tornou instrumento privilegiado da falsa consciência, na qual a mentira se encontra embutida na práxis política. Esta dimensão da mentira política jamais poderia ser pensada por Platão ou Maquiavel, que em suas épocas não poderiam imaginar como a imagem pictórica viria um dia a ser utilizada de maneira tão universalizada e persuasiva.

Constata que o escopo desse processo que articula a falsificação midiática com o narcisismo de uma minoria vai, lentamente, sendo incorporado pela grande maioria oprimida da população como a única verdade:

A mentira do agressor se instala no psiquismo do agredido, como o torturado assume e se identifica com a personalidade do torturador. Essa condição que Hegel anteviu na dialética do senhor e do escravo não poderia ter uma realização mais bem exemplificada do que na moderna sociedade capitalista neoliberal. (Leitão, 2000:131)

## **Considerações finais**

Como se pôde constatar, os temas mentira, e principalmente, mentira e política, abordados neste trabalho apresentam alto grau de complexidade. Por essa razão, não se pretendeu aqui esgotá-los nem aprofundá-los, mas simplesmente mostrar o quanto de reflexão séria eles ainda demandam.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agostinho, Santo. 426 dC. *De doctrina christiana*.

Arendt, Hanna. 2000. *Verdade e Política*. Tradução de Manuel Alberto. Lisboa: Relógio D'Água Editores.

\_\_\_\_\_. 2004. *Crises da República*. 2. ed. Tradução de José Wolkman. São Paulo: Perspectiva. Coleção Debates – Nº 85.

Aristóteles. 1973. *Ética a Nicômaco*. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural.

Aristotle. On Sophistical Refutations. Trans.by W. A. Pickard The Internet Classics Archive. Available online at [http://classics.mit.edu//Aristotle/sophist\\_refut.html](http://classics.mit.edu//Aristotle/sophist_refut.html).

Bobbio, N. 1984. *Ética e política*. In: Tega, Walter (org.) *Etica e Politica*. Parma: Pratiche Edit.

Cicero, Quintus Tullius. 2012. *How to Win an Election*. An Ancient Guide for Modern Politicians. Transl. Philip Freeman. Princeton University Press.

Constant, B. 1993. Des réactions politiques. In: Boituzat, F. *Un Droit de Mentir?* Constant ou Kant. Paris: PUF.

Duarte, A. 2000. *O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra.

Kant, I. 2000. Über ein vermeintliches Recht, aus Menschenhiebe zu lügen (trad.) On a presumed right to lie from love of mankind. In: Gregor, M.J. (org.) *Practical Philosophy*. Cambridge University Press.

Lafer, C. 1992. A política do pensamento. (Resenha do livro de Hannah Arendt: A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Editora UFRJ, 1992). *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 ago.

Leitão, V. M. 2000. *A Paranóia do Soberano - uma incursão na alma da política*. Petrópolis: Vozes.

Maquiavel, N. 1973. *O Príncipe*. (1515) Tradução de Lívio Xavier. São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os Pensadores, vol. 9.

Platão. 2001. *A República*. 9. ed. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Schopenhauer, A. 2001. *Metafísica de las costumbres*, Trad. Roberto R. Aramayo, Madrid: Ed. Trotta, 1.ª edição.

\_\_\_\_\_. 2003. *A arte de insultar*. Trad. Eduardo Brandão e Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes.

Tindale, Christopher. 2010. *Reason's Dark Champions: Constructive Strategies of Sophistic Argument*. Columbia: The University of South Carolina Press.

